

**HISTÓRIA DIGITAL:
entre as promessas e
armadilhas da
sociedade
informacional**

DIGITAL HISTORY:
between the promises and pitfalls
of informational society

HISTORIA DIGITAL:
entre las promesas y peligros
de la sociedad informacional

**Sérgio Antonio Câmara¹
Milla Benicio^{2, 3}**

RESUMO

A Internet inaugura uma série de expectativas sobre seu potencial emancipador. No entanto, o caminho para a concretização dessa promessa é bastante tortuoso. No campo da história digital, há, pelo menos, três grandes desafios a serem considerados na construção de novas formas de se habitar o mundo virtual. O primeiro deles diz respeito aos filtros que conduzem nosso acesso aos dados, moldando, de forma inconfessa, nossa navegação; o segundo desafio relaciona-se à delimitação precisa do que entendemos por fonte histórica numa era em que os discursos (mesmo os oficiais) tornam-se progressivamente

¹ Doutor em História Social da Cultura (PUC-RJ), graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor adjunto do Unilasalle-RJ. E-mail: sergiocamara2@gmail.com.

² Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ). Mestre em Letras, na área de teoria literária (UFRJ); pós-graduada em Língua Francesa e Literaturas Francófonas (UFF); e graduada em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda (UFRJ). Professora adjunta do Unilasalle-RJ. E-mail: millabenicio@yahoo.com.br.

³ Endereço de contato com o autor (por correio): Centro Universitário La Salle. Rua Gastão Gonçalves, 79, 24240-030 Niterói, RJ – Brasil.

polifônicos; por fim, ponderamos sobre o próprio papel da educação em uma sociedade marcada, não pela tradição, mas por fluxos incessantes.

PALAVRAS-CHAVE: História digital; filtro; fonte histórica; educação.

ABSTRACT

The Internet opens a series of expectations about its emancipatory potential. However, the path to the realization of this promise is devious. In the field of digital history there are at least three major challenges to be considered in the construction of new ways to inhabit the virtual world. The first of these relates to the filters that lead our access to data, casting, influencing surreptitiously on our navigation; The second challenge relates to the precise delimitation of what we mean by historical source in an era in which the speeches (even the official ones) become progressively polyphonic; Finally, we ponder on the role of education in a society marked not by tradition, but by an incessant flow.

KEYWORDS: Digital History; Filter; Historical Source; Education.

RESUMEN

Internet abre una serie de expectativas sobre su potencial emancipador. Sin embargo, el camino a la realización de esta promesa es retorcido. En el campo de la historia digital, hay al menos tres grandes retos a considerar en la construcción de nuevas formas de habitar el mundo virtual. La primera de ellas se refiere a los filtros que conducen nuestro acceso a datos, que influyen en nuestra navegación, sutilmente; el segundo desafío se relaciona con la delimitación precisa de lo que entendemos por fuente histórica en una época en que los discursos (incluso los oficiales) se convierten en progresivamente polifónicos; Por último, reflexionamos sobre el papel de la educación en una sociedad marcada no por la tradición, pero por los incesantes flujos.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 4, Agosto. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v3n5p38>

PALABRAS CLAVE: Historia digital; filtro; fuente histórica; educación.

Recebido em: 13.02.2017. Aceito em: 15.07.2017. Publicado em: 01.08.2017.

Introdução

Manuel Castells, em seu livro clássico *A era da informação*, nota que o mundo chega ao novo milênio com feições inéditas, graças à “coincidência histórica” de três processos diferentes: “revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e a consequente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais e culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo.” (CASTELLS, 1998, p. 412)

As reações a tais processos – muitas vezes, sobrepostas – levaram a predominar uma nova estrutura social, chamada por Castells de “sociedade em rede”, cuja cultura é aquela da virtualidade real e a economia é informacional/global. Deste modo, o informacionalismo torna-se a base de uma nova lógica social.

No informacionalismo, a geração de riqueza, o exercício do poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica das sociedades e dos indivíduos, sendo a tecnologia da informação o elemento principal dessa capacidade. A tecnologia da informação tornou-se ferramenta indispensável para a implantação efetiva dos processos de reestruturação socioeconômica. De especial importância, foi seu papel ao possibilitar a formação de redes como modo dinâmico e autoexpansível de organização da atividade humana. Essa lógica preponderante de redes transforma todos os domínios da vida social e econômica. (Ibidem, p. 144)

A sociedade em rede – talvez motivada pelos eventos históricos que lhe deram origem – sempre andou lado a lado com a promessa, ainda não inteiramente concretizada, de uma drástica democratização da informação com vistas ao exercício pleno da cidadania. Tratar-se-ia de dar acesso irrestrito a um número ilimitado de dados, e a noção de uma história digital certamente se insere no contexto dessa promessa, uma vez que visa à produção do conhecimento em rede.

Há, todavia, alguns desafios que devem ser, se não superados, ao menos cuidadosamente observados à medida que contruimos novas maneiras de se habitar o mundo virtual. Três destes desafios serão o tema do presente artigo.

O primeiro refere-se aos filtros (algoritmos que tendem a conduzir nosso acesso aos dados), moldando, então, subrepticamente, o modo como interagimos com as informações a que temos acesso; o segundo desafio relaciona-se a uma questão epistemológica: a delimitação precisa do que entendemos por fonte histórica numa era em que os discursos (mesmo os oficiais) tornam-se progressivamente polifônicos, devido à possibilidade técnica de participação individual aberta pelas tecnologias de comunicação em rede; por fim, ponderamos sobre o próprio papel da educação, num contexto histórico de esvaziamento desse conceito, uma vez que nossa sociedade é hoje marcada, não pela tradição, mas por fluxos incessantes.

Os filtros invisíveis no acesso ao conhecimento

O historiador cultural Robert Darnton, responsável pelo acervo de livros da Universidade de Harvard, um dos maiores do mundo, crê numa grande revolução acarretada, não pelas novas formas de ler trazidas pelos *ebooks*, mas por “bibliotecas inteiras sendo digitalizadas, transformadas em arquivo pdf e tornando-se disponíveis para leitores e pesquisadores”. (DARNTON, 2017, não paginado)

Darnton, cuja especialidade é a produção literária do Iluminismo, talvez dimensione essa revolução à luz do ideal iluminista de uma educação universal. Nesse sentido, a revolução tecnológica afigurar-se-ia como um coerente desdobramento do projeto emancipatório dos *philosophes*, em especial no que

diz respeito ao poder de irradiação de informações e à democratização do acesso a elas. Por outro lado, uma vez que o universo digital sofre cada vez mais a ação de filtros de informação, ou seja, estabelecendo o que se convencionou chamar de *atenção orientada*, caberia a objeção de que o indivíduo informado não é necessariamente um sujeito autônomo na acepção kantiana do termo.

Ainda assim, em nossa sociedade, é comum observarmos que discursos que propõem o desenvolvimento tecnológico apostem na promessa de avanço social. Prevalece ainda, no pensamento moderno, uma certa narrativa de progresso, em que o futuro figura como o horizonte da esperança, restando-nos superar as precariedades do presente. Com isso, vemos na tecnologia exclusivamente um sentido positivo de evolução. Paulo Vaz aponta este como o problema central do determinismo tecnológico, que extrai “diretamente das características tecnológicas de um meio as suas consequências sociais” (VAZ, 2004, p. 125). No entanto, seria nossa capacidade política diretamente proporcional à nossa capacidade técnica?

A pergunta é complexa e merece nossa atenção. Não apenas por sua pertinência em meio ao atual contexto de fluxos globais mediados pela onipresente tecnologia, mas por sua recorrência histórica, em especial, durante a modernidade. Walter Benjamin, por exemplo, um dos primeiros críticos da cultura de massa, ainda que com um tom nostálgico em relação à perda da aura e da experiência a partir da produção massiva da arte, via o alcance dessa nova modalidade cultural com um certo otimismo.

Com a incomparável possibilidade de difusão, o cinema, a princípio, insinuava o potencial democrático de levar informação a cada espectador, graças ao dispositivo técnico, que, pela reprodução, tirava as obras de sua

distante unicidade, dando-lhes existência serial. Benjamin foi, assim, pioneiro em reclamar a renovação da humanidade pelos movimentos de massa, tendo no cinema seu agente mais poderoso. No texto clássico de 1936, *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, o autor sustentava que o cinema diferenciava-se de outros conceitos pertencentes à teoria da arte por supostamente não ser apropriável pelo fascismo. (BENJAMIN, 1987, p. 168-169)

Hoje sabemos que a expectativa de Benjamin (em nada ingênua, mas otimista sob certos aspectos) foi, em grande medida, frustrada, já que tanto o cinema, quanto o meio de comunicação que o superou em termos de alcance, a televisão, têm servido, frequentemente, senão a ideais totalitários, ao menos a projetos de sociedade pouco democráticos. Agora, novamente, uma tecnologia da comunicação nos promete um espaço público mais transparente em suas articulações: a internet. A diferença estaria, desta vez, no fato de esta constituir-se em uma tecnologia em rede, e não linear, como as anteriores, permitindo uma pluralidade inédita de discursos.

A concepção fascista da técnica como um dispositivo político implicava na destruição da utopia iluminista com relação ao sujeito. Por outro lado, as esperanças de pensadores iluministas como Diderot e Condorcet, dois enciclopedistas empenhados no aperfeiçoamento e no progresso da humanidade, também se dirigiam para a técnica como o elemento capaz de franquear os caminhos para a liberdade e a justiça.

Nesse sentido, Theodor Adorno e Max Horkheimer, em *A dialética do Esclarecimento*, realizaram a extraordinária tarefa de compor uma crítica rigorosa da racionalização, mesclando tanto as expectativas emancipatórias da *Aufklärung* quanto os desígnios autoritários e estetizantes do fascismo. A vontade de esclarecimento operaria, enfim, desde a estrutura mítica de

pensamento. Revestida, portanto, de um valor de culto na modernidade, a racionalidade técnico-instrumental ocupa-se da tentativa de máxima manipulação e visibilidade da natureza.

Interessa-nos aqui recordar esta obra clássica de dois expoentes da Escola de Frankfurt justamente pela verificação da proximidade insidiosa entre barbárie e civilização com respeito ao modo de produzir conhecimento. Adorno e Horkheimer assinalam a dimensão de sistematização ou mesmo do que podemos chamar de conectividade como parte indispensável da manipulação social característica da modernidade.

Quanto a essa perspectiva, cabe ressaltar a observação do antropólogo Massimo Canevacci sobre os rumos da cultura digital à luz de uma revisão da Teoria Crítica:

Adorno, Benjamim e Kracauer foram os primeiros a estudar empiricamente a cultura de massas que estava nascendo. Adorno se dedicou à análise do rádio, do cinema, da música, da personalidade autoritária. Era um filósofo que não estava apenas pensando, pois fazia pesquisa empírica. Kracauer, ao estudar o cinema dos anos vinte, já tinha entendido que a autorrepresentação era um novo paradigma que a nova tecnologia reproduzível cinematográfica oferecia. Tomar a teoria crítica a partir do conceito de homologação é uma leitura superficial. Assim como é superficial entender a indústria cultural como uma forma absoluta de massificação. Em Kracauer e Benjamin, por exemplo, tratava-se da possibilidade de inserir a tecnologia de reprodução em processos de libertação das classes sociais pobres, que poderiam, a partir desse recurso tecnológico, usufruir da cultura estética. (CANEVACCI, 2013, p. 97)

O pesquisador italiano indaga, ainda, o que seria a mídia de massa no mundo de hoje, uma vez que o “conceito de massa está morto, assim como a ideia de mídia como mediação entre a indústria cultural e o público” (ibidem). Isso se deve ao fato de que, na cultura digital, cada um elabora sua própria narrativa. Assim, a questão passa a ser “como fazer uma pesquisa empírica

criticamente orientada sobre a cultura digital – uma cultura que está modificando a mídia de massa e prefigurando o conceito de “autorrepresentação” (ibidem).

As características tecnológicas da Internet traziam, primeiro, o ineditismo de uma forma de comunicação “muitos-muitos” à distância. Destarte, o compartilhamento ditaria a lógica de acesso ao conhecimento, e, embora tal dinâmica significasse um grande risco em termos de segurança (em especial, no que tange aos direitos de propriedade intelectual), ela igualmente ensejaria maior liberdade na troca de ideias.

E como havia o anonimato, era difícil atribuir um dado fluxo de informação a um indivíduo, o que favoreceria a livre expressão de pontos de vista alternativos. Antecipava-se, então, que a difusão da Internet diminuiria o monopólio das elites e dos poderes tradicionais sobre as fontes e os canais pelos quais as informações chegam aos indivíduos. A cultura seria mais diversificada. Previa-se também que a difusão traria, para um dado indivíduo, a multiplicação dos pontos de vista disponíveis sobre qualquer tema, o que lhe permitiria transformar-se, mudar de opinião, abrir-se à diferença, não pensar como as elites queriam que pensasse. (VAZ, 2004, p. 127)

Como demonstra Vaz, o próprio desenvolvimento da rede acabou por trazer grandes desafios ao seu potencial emancipatório, desafios estes negligenciados pelas previsões mais otimistas, ao considerarem que a internet “permaneceria descentralizada, que continuaria havendo pouco ou nenhum entrave à livre troca de informações e que as mensagens poderiam continuar anônimas” (ibidem, p. 127-128). No entanto, o próprio volume de informações gerado pela ausência de barreiras implicou a criação de filtros, e, portanto, de hierarquias.

Um deles, usado, por exemplo, pelo Google até 2009, era o page rank, um filtro que organizava a ordem das ocorrências, não de forma arbitrária, mas privilegiando os sites mais “relevantes”, ou seja, aqueles cujos links eram mais compartilhados por outros sites (PARISER, 2014, p. 9). Mecanismos como este confirmam a intuição de Vaz de que, à medida que a rede aumenta, cresce também o número de nós e conexões, sem que, no entanto, os laços entre eles sejam aleatórios ou homogeneamente distribuídos. Assim, a tendência da internet não é a de que transforme, mas de que repercuta a opinião pública (VAZ, 2004, p. 136).

E essa é uma tendência que parece se agravar. O ativista digital americano Eli Pariser nota que, quando a interferência da tecnologia vai além do que percebemos em nossa interface com ela, há o risco de termos uma percepção deformada do mundo, sendo tal, para ele, o perigo que traz hoje a Internet. O conceito principal com que trabalha o ativista é o de “bolhas de filtros”: processos de personalização promovidos por sites como Google ou Facebook, em que alguns sinalizadores – como histórico de pesquisa, dados pessoais, localização – filtram o conteúdo que o usuário visualizará conforme uma previsão do que seria de seu interesse. Nas palavras de um dos criadores do Google: “O mecanismo de busca ideal entenderia exatamente o que queremos dizer e nos ofereceria exatamente o que buscamos” (PAGE apud PARISER, 2014, p. 22).

A questão, para Pariser, é que essa lógica, própria do consumo, pode não beneficiar a democracia:

Para um consumidor, não há nada de errado em eliminar o que é irrelevante ou desagradável. Mas o que é bom para os consumidores não é necessariamente bom para os cidadãos. As coisas de que gosto podem não ser as que realmente quero, muito menos as que preciso

saber para me tornar um membro bem-informado da minha comunidade ou do meu país. “Estarmos expostos ao que parece distante dos nossos interesses é uma virtude cívica”, disse-me Clive Thompson, jornalista que escreve sobre tecnologia. “Num mundo complexo quase tudo nos afeta – e isso interrompe o ciclo que faz as pessoas só pensarem em seus interesses econômicos e pessoais.” O crítico cultural Lee Siegel coloca a questão de outra forma: “O cliente tem sempre razão, mas as pessoas não.” (PARISER, 2014, p. 22)

Além de enfraquecer nosso senso do que é público, que se baseia, essencialmente, em questões que nos são alheias, a personalização da internet leva o usuário a um sentimento de infalibilidade, uma vez que sua percepção de mundo está deformada pelos filtros. Sem saber quais os critérios de seleção são utilizados para definir o que será tornado visível e o que será deixado de fora, o indivíduo tem a sensação de que está vendo tudo, e de que tudo corresponde ao modo como ele pensa.

Em seu trabalho, Vaz apresenta uma pesquisa feita por Cass Sustein, já no ano 2000, na qual se constatava que, em 60 sites políticos, “apenas 15% destes continham links para sites com visões opostas, enquanto que 60% indicavam sites que partilhavam de seus pontos de vista” (VAZ, 2004, p. 129). Assim, “alguns autores passam a reiterar o perigo de a Internet provocar ou acirrar a fragmentação social (Castells, 2002; Shapiro, 1999; Sunstein, 2002)” (ibidem), fazendo com que o ambiente ruidoso da *web* viciasse ainda mais os usuários nos discursos que lhes fossem mais próximos ou que pertencessem às vozes mais fortes.

No entanto, parece haver pouca resistência dos internautas aos mecanismos que afastam a rede de um horizonte mais democrático. Para Vaz, isso se deve ao fato de que tais mecanismos ampliam as possibilidades individuais de escolha, embora questões políticas mais abrangentes relativas à coletividade sejam, por vezes, esvaziadas (ibidem, p. 135). Se a Internet veio

para reanimar a vida comunitária, é preciso, antes de tudo, questionarmo-nos em que sentido esse processo dar-se-á.

Os novos limites do conceito de documento

Há, ainda, outras questões bastante relevantes a serem discutidas no âmbito da história digital, para além dos meios de acesso a livros ou demais fontes de pesquisa.

A primeira delas refere-se à sua própria epistemologia. Como diria Carla Pinsky, as fontes do conhecimento científico “têm historicidade: documentos que ‘falavam’ com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir.” (PINSKY, 2005, p. 7)

Ao pensarmos, portanto, em tais mutações a respeito da historiografia, em especial, ao longo do século passado, é impossível ignorarmos o papel das novas tecnologias não apenas no acesso aos documentos históricos, mas, principalmente, em sua própria produção, conforme ressalta Marcos Napolitano:

Vivemos em um mundo dominado por imagens e sons obtidos “diretamente” da realidade, seja pela encenação ficcional, seja pelo registro documental, por meio de aparatos técnicos cada vez mais sofisticados. Cada vez mais, tudo é dado a ver e a ouvir, fatos importantes e banais, pessoas públicas e influentes ou anônimas e comuns. Esse fenômeno, já secular, não pode passar despercebido pelos historiadores, principalmente para aqueles especializados em História do século XX. (NAPOLITANO, 2005, p.235)

É fato que, a partir de tais transformações na ordem epistemológica, a quantidade de fontes históricas aumentou exponencialmente quando se passou

a compreender como documento não apenas os dados produzidos pelas instâncias oficiais, mas também quaisquer objetos representativos de uma dada sociedade, tais como as produções culturais. Hoje, todavia, na sociedade informacional, essa quantidade é ainda maior.

A própria estrutura em rede das comunicações tornou possível a construção de enunciados multidirecionais, fazendo, assim, com que os discursos – mesmo os institucionais – contem com uma polifonia, até então, pouco comum.

O comunicólogo Dênis de Moraes nos lembra que a “Internet é um ecossistema digital caracterizado por arquitetura descentralizada, multiplicação de fontes de emissão, disponibilização ininterrupta de dados, sons e imagens utilização simultânea e interações singulares.” (MORAES, 2007, p. 1) A difusão de informações, para Moraes, teria, pois, um sentido predominantemente contra-hegemônico.

A teia gigantesca desfaz pontos fixos ou limites predeterminados para o tráfego de dados e imagens; não há centro nem periferia, e sim entrelaçamentos de percursos. As fronteiras entre quem emite e quem recebe podem tornar-se fluidas e instáveis. Os usuários têm a chance de atuar, simultaneamente, como produtores, emissores e receptores, dependendo de lastros culturais e habilidades técnicas. A colagem de interferências individuais põe em circulação idéias e conhecimentos, sem as noções de seleção e estratificação que condicionam os processos midiáticos. (Ibidem, p. 2)

Ainda que Moraes vincule prioritariamente o caráter fluido da *web* a processos anti-hegemônicos, pode-se ponderar ser tal fluidez parte de uma lógica de flexibilização própria do capitalismo em seu estágio avançado, cujas bases informacionais já haviam sido notadas por Castells, como apontado no início do artigo. Assim, apostar em formas de comunicação mais breves,

descentralizadas e fragmentadas pode também significar, por outro lado, reforçar o *status quo* e não apenas desafiá-lo.

Educação e informação

No âmbito da história digital (que almeja explorar tais predicados da sociedade informacional com vistas a cumprir sua promessa de democratização do conhecimento), a situação pode ser ainda mais complexa, uma vez que se insere no contexto educacional. É preciso compreendermos a distância existente entre o conceito de educação do qual nos utilizamos para erigirmos tais projetos e os novos contornos que ele vem tomando na sociedade atual.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em *O mundo é inóspito à educação?*, responde à pergunta-título com uma análise bastante dura, porém realista, da situação em que se encontram as escolas e universidades do “mundo líquido-moderno”, ou seja, desta contemporaneidade que tem como marca a ligeireza (no duplo sentido da palavra) das relações sociais, econômicas, afetivas ou culturais.

Assim, para Bauman, embora a educação tenha-se visto, por diversas vezes, em situações delicadas que forçaram-na a uma revisão de suas estratégias e modelos, hoje ela passa por uma crise sem precedentes. O que está em xeque já não é uma prática pedagógica específica, mas a motivação da própria pedagogia desde a paideia grega: a formação do indivíduo para a vida em comum, sua conformação às necessidades e regras da coletividade. (BAUMAN, 2011, p. 72)

Se, no mundo contemporâneo, pouco ou nenhum valor tem a perenidade (dos objetos ou dos vínculos humanos, ressalta Bauman), por que

com a educação seria diferente? Nas palavras do sociólogo: “No turbilhão de mudanças, o conhecimento parece muito mais atraente quando apto ao uso instantâneo e único, aquele tipo de conhecimento oferecido pelos programas de software que entram e saem das prateleiras das lojas cada vez mais depressa.” (Ibidem, p. 73)

Abandona-se, então, o ideal iluminista da *Bildung*, que tinha como premissa a formação do sujeito com vistas à sua inserção num universo de concepções e valores estabelecidos antes dele. A que se deve tal abandono? Ocorrem-nos, pelo menos, dois motivos óbvios: primeiro, porque não se pode mais pensar em um referencial fixo numa conjuntura de incessantes mudanças; segundo, porque a esfera privada passa a anteceder a pública. Pode-se mesmo dizer que o indivíduo é o ponto de partida e de chegada da organização social contemporânea.

Nesse contexto, a educação ganha novo sentido: ela reveste-se de um caráter meramente utilitarista, constituindo-se numa ferramenta pessoal de sucesso (especialmente, financeiro). Educamo-nos com vistas a adquirir capital simbólico, afinal, como nos lembra Bauman, somos promotores das mercadorias e as mercadorias que promovemos. No fim das contas, a atividade em que todos estamos engajados é o marketing. (BAUMAN, 2007, p. 13) Já em 1990, Gilles Deleuze sentenciava: “O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente dos nossos senhores.” (DELEUZE, 1992, p. 226)

Frente a isso, não é de se estranhar que as instituições de ensino adaptem-se a tais objetivos, imitando, como observa Leonidas Donskis, em diálogo com Bauman, as universidades e faculdades de administração privadas americanas, ao “adotaram tudo, de um jargão gerencial reminiscente da

novilíngua orwelliana a uma governança universitária baseada nas grandes empresas.” (BAUMAN; DONSKIS, 2016, s/p.)

Considerações finais

Essas transformações na educação reverberam uma mudança considerável na forma como nos pensamos e organizamos coletivamente. Em “Antropológica do Espelho”, Muniz Sodré vai questionar o sentido da comunicação na contemporaneidade, que deixou de ser um tipo de vinculação social para tornar-se mero dispositivo informacional. Segundo o autor, com as tecnologias de som e imagem, os homens passam a acolher o mundo em seu fluxo, a vida foi rerepresentada a partir da simulação de um tempo real, na verdade uma outra modalidade de representação social e um novo regime de visibilidade pública.

Essa nova modalidade de representação social é a midiaticização, marcada pela tendência à virtualização ou telerrealização das relações humanas. Ela é uma ordem de mediações realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *medium*.

A astúcia das ideologias tecnicistas consiste em deixar visível o aspecto técnico do dispositivo midiático, da prótese, ocultando sua dimensão societal comprometida com uma forma específica de hegemonia. As imagens deixam de ser reflexos e máscaras de uma realidade referencial para se tornarem simulacros tecnicamente auto-referentes, embora político-economicamente a serviço de um tipo de gestão de vida social.

A chamada “despolitização” midiática ou tecnológica resulta do enfraquecimento ético-político das antigas mediações e do fortalecimento da midiaticização. Sob a égide da produção informacional da realidade, a tecnointeração toma o lugar da mediação, desviando os atores políticos da prática representativa concreta para a performance imagística. A política passa da linguagem contraditorial e substancialista de um sistema de delegação de poder ao campo concorrencial e adjetivista dos produtos oferecidos ao consumo, tal como o descrito por Schumpeter.

A diferença dos valores dissolve-se na equivalência geral da forma-produto. Os conteúdos morais do discurso midiático não remetem a nenhuma práxis ou a qualquer efeito prático além da repetição do código utilitarista de mercado em busca de consenso social. Impõe-se a nova ordem de poder da imagem.

Nesse novo ordenamento do mundo, na verdade um novo modo de contabilização do real, a tecnologia configura-se como uma espécie de nova “natureza”, porque dela provêm os objetos que compõem o ambiente ou o mundo vital de hoje. É preciso, no entanto, ter em mente que toda evolução tecnológica em curso refere-se antes a uma mutação tecnológica do que a uma revolução, já que não se trata de descobertas linearmente inovadoras, mas sim da maturação tecnológica do avanço científico, seguindo as mesmas formas de hegemonias.

Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. O mundo é inóspito à educação? In: _____. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Tradução: Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Vida para consumo**. A transformação das pessoas em mercadoria. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira moral**. A perda da sensibilidade na modernidade líquida. Disponível em: https://issuu.com/bibliotecapopularaberta/docs/bauman_zygmunt._cegueira_moral. Acesso em: 31 out. 2016.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, Obras escolhidas, v. 1.

CANEVACCI, Massimo. **Um novo pensamento científico para o contexto da cultura digital**. Entrevista. In: Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo. <http://www.iea.usp.br/noticias/massimo-canevacci>. Último acesso em 10/05/2017.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1998, v. 3.

DARNTON, Robert. Entrevista. Google não entende os livros, diz historiador Robert Darnton. **Opera Mundi**. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/16496/google+nao+entende+os+livros+diz+historiador+robert+darnton.shtml>. Acesso em 08 mai. 2017.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. **Conversações**. 1972-1990. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

HEIDEGGER, Martin. **Chemins qui ne mènent nulle part**. Paris: Gallimard, 1980.

_____. **Língua de tradição e língua técnica**. Lisboa: Passagens, 1995.

_____. **Sobre o humanismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. O fim da filosofia e a tarefa do pensamento. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: Editora 34, 1996.

LUCCHESI, Anita. Histórias no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web. In: **Cadernos do Tempo Presente**. Edição n. 06 – 06 de janeiro de 2012.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, vol. IX, n. 2, maio – ago. / 2007.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PARISER, Eli. **O filtro invisível** – O que a internet está escondendo de você. Editora Zahar, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

VAZ, Paulo. As esperanças democráticas e a evolução da Internet. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 24, julho 2004, p. 125-139.